

NOS BASTIDORES DO PODER

Nas últimas décadas, o Brasil viu as agências governamentais e as empresas de diversos tipos desempenharem o espetáculo da “retomada do crescimento econômico”. Sob o signo de um desenvolvimentismo supostamente redistributivista, as obras de infraestrutura alastraram-se (e alastram-se) pelo território nacional. Recebidos em muitas regiões como a chegada do “progresso” e das oportunidades até então negadas a tantas regiões, os grandes empreendimentos industriais (hidrelétricas, complexos petroquímicos, portos etc) têm se instalado como alternativas à pobreza, sendo por vezes acolhidos com entusiasmo, e em outras rechaçados com igual intensidade.

Esse padrão de crescimento econômico tem sido com frequência comparado ao desenvolvimentismo da ditadura militar, sobretudo dos anos 1970/1980, o que expressa, no mínimo, uma visão superficial. Dentre outras razões, os efeitos da globalização, o retorno a um regime democrático, com uma Constituição celebrada como marco na defesa de direitos culturalmente diferenciados, as conferências mundiais sobre o meio ambiente, estão entre os muitos elementos que configuram quadros sociopolíticos e institucionais muito distintos daqueles dos anos da ditadura. Isso sem falar na ficção dos BRICS como países “emergentes” no cenário capitalista mundial.

Dentre os elementos dessa moldura realinhada está a formulação de uma Política Nacional para o Meio Ambiente (PNMA), em meio à qual estão definidos os procedimentos do *licenciamento ambiental*, um dos instrumentos fundamentais da PNMA. Em torno do processo administrativo do *licenciamento*, que conduz às permissões de construção e operação dos empreendimentos, e estabelece formas de compensação pelos impactos sociais e ambientais causados, se constituiu uma rede de empresas de consultoria e de especialistas a serviço dos empreendedores, muitos dos quais são antropólogos (e também arqueólogos,

nesse caso sob a batuta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um capítulo recente e que merece muita atenção intelectual e política). É desse lugar que Deborah Bronz pôde construir sua observação no exercício profissional da consultoria antropológica a empresas, em mais de uma década de trabalho.

Nos bastidores do licenciamento ambiental não é, no entanto, porta-voz da posição social das consultorias nesse processo, mas isto sim uma fina análise de uma dimensão a que o pesquisador posicionado tão só desde a universidade dificilmente acessa, se estiver interessado em analisar as elites que participam desse e outros processos político-administrativos. Para este, as entrevistas “chapa branca”, a frequência a eventos e a análise crítica de documentos públicos são as vias mais comuns de acesso aos dados, em larga medida restritos à representação de si que os empresários, consultores e funcionários públicos envolvidos na prática do licenciamento pretendem emitir. A opção mais frequente sendo a aliança com os segmentos “impactados”, a pesquisa forçosamente caminhará por outros trilhos, e demandará uma leitura de entrelinhas.

Deborah Bronz se propôs, com grande sucesso, rigor e sagacidade, uma torção nessa equação de pesquisa: tendo partilhado do mundo da “consultoria”, dele se afastou, metódica e eticamente, para realizar uma análise das práticas de poder postas em ação por empresários e consultores no sentido de obterem a liberação de seus empreendimentos aos menores “custos” possíveis. Pautou-se, para tanto, em uma postura próxima ao que Pierre Bourdieu chamou de objetivação participante¹. Para isso revisitou os mais de 30 processos em que atuou no papel de *consultora*, sopesou a variabilidade dessas experiências, pesquisou e analisou a literatura da área corrente no meio empresarial, assim como documentos internos de circulação restrita. Com esses procedimentos (dentre outros), a autora desentranhou de sua experiência cotidiana pregressa, anotada em cadernos de campo e relatórios, os modos de agir e pensar de empresários e consultores nos quadros do *licenciamento ambiental*, que lhes permitem obter licenças antes mesmo da conclusão dos processos para sua obtenção.

O livro revela-nos, assim, sistematizando-os, os saberes e práticas que permitem o avanço indiscriminado dos empreendimentos com intensos efeitos sociais, tudo sob o signo da legalidade e do consentimento,

1 BOURDIEU, 2003.

para o bem do progresso e do crescimento econômico com “melhor distribuição de renda”. Isso só foi possível pelo diálogo com a literatura crítica, com outros pesquisadores, pelo debate intelectual em seminários de curso, reuniões científicas, e na própria relação de orientação. A ampla literatura compilada, e as atentas revisões e reelaboração da tese que originou este livro, tornaram possível um trabalho maduro, denso, informativo e instigante.

Por fim, mas não menos importante, para dar conta da dimensão ética evidente na passagem da posição de consultora, comprometida com os “segredos dos bastidores” dos grupos dominantes, para a de sua analista e crítica, Deborah Bronz optou por conceber dois modelos etnográficos de empreendimentos, inexistente *per se* na realidade social, mas plenamente explicativos de múltiplos processos semelhantes em jogo na atualidade. Fugindo à denúncia dos casos específicos, dá-nos um panorama muito mais abrangente e denso do cenário desenvolvimentista contemporâneo, situando-nos nos bastidores mesmo do poder político e econômico. Uma leitura fundamental no campo dos estudos críticos sobre práticas de poder e desenvolvimentismo.

Antonio Carlos de Souza Lima
Laced-DA/Museu Nacional/UFRJ